

MANIFESTO PELA VIDA¹

Por uma Ética para a Sustentabilidade

Introdução

1. A crise ambiental é uma crise de civilização. É a crise de um modelo econômico, tecnológico e cultural que tem depredado a natureza e negado as culturas alternativas. O modelo civilizatório dominante degrada o meio ambiente, sub-valoriza a diversidade cultural e desconhece o Outro (o indígena, o pobre, a mulher, o negro, o Sul), ao mesmo tempo em que privilegia um modo de produção e um estilo de vida insustentáveis que se tornaram hegemônicos no processo da globalização.

2. A crise ambiental é a crise do nosso tempo. Não é uma crise ecológica, e sim social. É o resultado de uma visão mecanicista do mundo que, ignorando os limites biofísicos da natureza e os estilos de vida das diferentes culturas, está acelerando o aquecimento global do planeta. Esta é uma ação humana e não da natureza. A crise ambiental é uma crise moral de instituições políticas, de aparatos jurídicos de dominação, de relações sociais injustas e de uma racionalidade instrumental em conflito com a trama da vida.

3. O discurso do “desenvolvimento sustentável” parte de uma idéia equivocada. As políticas do desenvolvimento sustentável buscam harmonizar o processo econômico com a conservação da natureza favorecendo um equilíbrio entre a satisfação de necessidades atuais e das gerações futuras. Contudo pretende realizar seus objetivos revitalizando o velho mito desenvolvimentista, promovendo a falácia de um crescimento econômico sustentável sobre a natureza limitada do planeta. Mas a crítica a esta noção do desenvolvimento sustentável não invalida a verdade e o sentido do conceito de sustentabilidade para orientar a construção de uma nova racionalidade social e produtiva.

4. O conceito de sustentabilidade se funda no reconhecimento dos limites e potenciais da natureza, assim como a complexidade ambiental, inspirando uma nova compreensão do mundo para enfrentar os desafios da humanidade no terceiro milênio. O conceito de sustentabilidade promove uma nova aliança natureza-cultura fundando uma nova economia, reorientando os potenciais da ciência e da tecnologia, e

¹ A idéia de elaborar um Manifesto para a Sustentabilidade surgiu no Simpósio sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável, celebrado em Bogotá, Colômbia, em 2-4 de Maio de 2002, do qual participaram: Carlos Galano (Argentina); Marianella Curi (Bolívia); Oscar Motomura, Carlos Walter Porto Gonçalves, Marina Silva (Brasil); Augusto Ángel, Felipe Ángel, José Maria Borrero, Julio Carrizosa, Hernán Cortés, Margarita Flórez, Alfonso Llano, Alicia Lozano, Juan Maer, Klaus Schütze e Luis Carlos Valenzuela (Colômbia); Eduardo Mora e Lorena San Román (Costa Rica); Ismael Clark (Cuba); Antonio Elizalde e Sara Arraín (Chile); Maria Fernanda Espinosa e Sebastián Haji Manchineri (Equador); Luis Alberto Franco (Guatemala); Luis Manuel Guerra, Beatriz Paredes e Gabriel Quadri (México); Guillermo Castro (Panamá); Eloisa Tréllez (Peru); Juan Carlos Ramírez (CEPAL); Lorena San Román e Mirian Vilela (Conselho da Terra); Fernando Calderón (PNUD); Ricardo Sánchez e Enrique Leff (PNUMA).

Uma primeira versão do mesmo foi apresentada na Sétima Reunião do Comitê Interseccional do Fórum de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, celebrada em São Paulo, Brasil, em 15-17 de maio de 2002. A presente versão é uma re-elaboração deste texto baseada em consultas realizadas com os participantes do Simpósio, assim como em comentários de um grupo de pessoas, entre as quais agradecemos as sugestões de Lúcia Helena de Oliveira Cunha (Brasil); Diana Luque, Mario Núñez, Armando Páez e José Romero (México).

construindo uma nova cultura política baseada em uma ética da sustentabilidade –em valores, crenças, sentimentos e saberes– que renovam os sentidos existenciais, os modos de vida e as formas de habitar o planeta Terra.

5. As políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável foram baseadas em um conjunto de princípios e em uma consciência ecológica que serviram de critérios para orientar as ações dos governos, das instituições internacionais e da cidadania. A partir do primeiro Dia da Terra em 1970 e da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) e ainda a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) e no processo da Rio+10; desde a *Primavera Silenciosa*, *A Bomba Populacional* e *Os Limites do Crescimento*, passando pelo *Nosso Futuro Comum*, *os Princípios do Rio* e a *Carta da Terra*, um conjunto de preceitos tem acompanhado as estratégias do eco-desenvolvimento e as políticas do desenvolvimento sustentável. Os princípios do desenvolvimento sustentável partem da percepção do mundo como “uma Terra única” com um “futuro comum” para a humanidade; orientam uma nova geopolítica fundamentada no “pensar globalmente e agir localmente”; estabelecem o “princípio da precaução” para conservar a vida perante a falta de certezas do conhecimento científico e o excesso de imperativos tecnológicos e econômicos; promovem a responsabilidade coletiva, a igualdade social, a justiça ambiental e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Apesar disso estes preceitos de “desenvolvimento sustentável” não se traduziram em uma ética como um corpo de normas de conduta que reorienta os processos econômicos e políticos até uma nova racionalidade social e até formas sustentáveis de produção e de vida.

6. Durante a década que vai da Rio 92 até a Cúpula de Johannesburgo (2002), a economia evoluiu para economia ecológica, a ecologia se converteu em ecologia política, e a diversidade cultural levou a uma política da diferença. A ética está se tornando ética política. Da dicotomia entre a razão pura e a razão prática, da desconexão entre os interesses e os valores, a sociedade se re-posiciona como economia moral e uma racionalidade ética que inspira a solidariedade entre os seres humanos e com a natureza. A ética para a sustentabilidade promove a gestão participativa de bens e serviços ambientais da humanidade para o bem comum; a coexistência de direitos coletivos e individuais; a satisfação de necessidades básicas, realizações pessoais e aspirações culturais dos diferentes grupos sociais. A ética ambiental orienta os processos e comportamentos sociais visando um futuro justo e sustentável para toda a humanidade.

7. A ética para a sustentabilidade propõe a necessária reconciliação entre a razão e a moral, de maneira que os seres humanos alcancem um novo estágio de consciência, autonomia e controle sobre seus modos de vida, tornando-se responsáveis por seus atos perante si mesmos, perante os demais e perante a natureza em relação ao justo e ao bom. A ética ambiental se converte assim em um suporte existencial da conduta humana perante a natureza e a sustentabilidade da vida.

8. A ética para a sustentabilidade é uma ética da diversidade em que se conjuga o *ethos* de diversas culturas. Esta ética alimenta uma política da diferença. É uma ética radical porque vai até a raiz da crise ambiental para remover todos os alicerces filosóficos, culturais, políticos e sociais desta civilização hegemônica, homogenizante, hierárquica, desperdiçadora, preconceituosa e excludente. A ética da sustentabilidade é a ética da vida e para a vida. É uma ética para o re-encantamento e a re-erotização do mundo, em que o desejo de vida reafirme o poder da imaginação, da criatividade e da capacidade do ser humano para transgredir irracionalidades repressivas, para questionar o desconhecido, para pensar o impensado, para construir o porvir de uma

sociedade convivial e sustentável, e para evoluir para estilos de vida inspirados na frugalidade, no pluralismo e na harmonia entre as diversidades.

9. A ética da sustentabilidade compreende um novo saber capaz de entender as complexas interações entre a sociedade e a natureza. O saber ambiental re-conecta os vínculos indissolúveis de um mundo interconectado de processos ecológicos, culturais, tecnológicos, econômicos e sociais. O saber ambiental substitui a percepção de um mundo baseado em um pensamento único e unidimensional, que se encontra na raiz da crise ambiental, por um pensamento da complexidade. Esta ética promove a construção de uma racionalidade ambiental fundamentada em uma nova economia – moral, ecológica e cultural – como condição para estabelecer um novo modo de produção que torne viáveis os estilos de vida ecologicamente sustentáveis e socialmente justos.

10. A ética para a sustentabilidade se nutre de um conjunto de preceitos, princípios e propostas para reorientar os comportamentos individuais e coletivos, assim como as ações públicas e privadas orientadas para a sustentabilidade. Entre eles identificamos os seguintes:

Ética de uma produção para a vida

11. A pobreza e a injustiça social são os sinais mais eloqüentes do mal-estar de nossa cultura, e estão associados direta ou indiretamente à deterioração ecológica em escala planetária e são o resultado de processos históricos de exclusão econômica, política, social e cultural. A divisão crescente entre países ricos e pobres, de grupos de poder e maiorias despossuídas, segue sendo o maior risco ambiental e o maior entrave à sustentabilidade. A ética para a sustentabilidade enfrenta a crescente contradição no mundo entre opulência e miséria, entre alta tecnologia e precariedade de recursos, entre exploração crescente dos recursos e depauperação e desesperança de milhões de seres humanos, entre globalização dos mercados e marginalização social. A justiça social é condição *sine qua non* da sustentabilidade. Sem equidade na distribuição dos bens e serviços ambientais, não será possível construir sociedades ecologicamente sustentáveis e socialmente justas.

12. A construção de sociedades sustentáveis implica sua transformação em uma civilização baseada no aproveitamento de fontes de energia renováveis, economicamente eficientes e ambientalmente amigáveis, como a energia solar. A mudança do paradigma mecanicista para o ecológico está se dando na ciência, nos valores e nas atitudes individuais e coletivas, assim como no padrão de organizações sociais e em novas estratégias produtivas, como a agro-ecologia e o manejo florestal. Tanto os conhecimentos científicos atuais, como os movimentos sociais emergentes que clamam por novas formas sustentáveis de produção estão abrindo possibilidades para a construção de uma nova racionalidade produtiva fundamentada na produtividade eco-tecnológica de cada região e ecossistema, a partir dos potenciais da natureza e dos valores da cultura. Esta nova racionalidade produtiva abre as perspectivas a um processo econômico que rompe com o modelo unificador, hegemônico e homogenizante do mercado como lei suprema da economia.

13. A ética para a sustentabilidade vai mais além do propósito de outorgar à natureza um valor intrínseco universal, econômico ou instrumental. Os bens ambientais são valorizados pela cultura através de cosmovisões, sentimentos e crenças que são resultado de práticas milenares de transformação e co-evolução com a natureza. O reconhecimento dos limites da intervenção cultural na natureza significa também aceitar os limites da tecnologia que chegaram a suplantar os valores humanos pela eficiência de sua razão utilitarista. A bioética deve moderar a intervenção tecnológica

na ordem biológica. A técnica deve ser governada por um sentido ético de seu potencial transformador da vida.

Ética do conhecimento e diálogo de saberes

14. A ciência tem sido o instrumento mais poderoso de conhecimento e transformação da natureza, com capacidade para resolver problemas críticos como a escassez de recursos, a fome no mundo e de procurar melhores condições de bem-estar para a humanidade. A busca do conhecimento através da racionalidade científica tem sido um dos valores extraordinários do espírito humano. Contudo, se chegou a um dilema: por um lado o pensamento científico abriu as possibilidades para uma "inteligência coletiva" assentada nos avanços da cibernética e as tecnologias da informação, a submissão da ciência e da tecnologia ao interesse econômico e ao poder político comprometem seriamente a sobrevivência do ser humano; por outro lado, a desigualdade social associada à privatização e ao acesso desigual ao conhecimento e à informação resulta moralmente injusta. A capacidade humana para transcender seu entorno imediato e intervir nos sistemas naturais está modificando, de maneira irreversível, processos naturais que a evolução levou milhões de anos, desencadeando riscos ecológicos fora de todo controle científico.

15. O avanço científico vem acompanhado de uma ideologia do progresso econômico e do domínio da natureza, privilegiando modelos mecanicistas e quantitativos da realidade que ignoram as dimensões qualitativas, subjetivas e sistêmicas que alimentam outras formas de conhecimento. O fracionamento do pensamento científico impossibilitou a compreensão e a solução de problemas sócio-ambientais complexos. Ainda que as ciências e a economia tenham sido efetivas para intervir em sistemas naturais e ampliar as fronteiras da informação, paradoxalmente não se traduziram em uma melhoria na qualidade de vida da maioria da população mundial; muitos de seus efeitos mais perversos estão profundamente enraizados em pressupostos, axiomas, categorias e procedimentos da economia e das ciências.

16. A ciência se debate hoje entre duas políticas alternativas. Por um lado, prosseguir como a principal ferramenta da economia mundial de mercado orientada pela ganância individual e o crescimento sustentável. Por outro, é chamada a produzir conhecimentos e tecnologias que promovam a qualidade ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais e o bem-estar dos povos. Para isso será necessário conjugar os aportes racionais do conhecimento científico com as reflexões morais da tradição humanística abrindo a possibilidade de um novo conhecimento em que possam conviver a razão e a paixão, o objetivo e o subjetivo, a verdade e o bom.

17. A eficácia da ciência lhe conferiu uma legitimidade dentro da cultura hegemônica do Ocidente como paradigma "por excelência" de conhecimento, negando e excluindo os saberes não científicos, os saberes populares, os saberes indígenas, tanto nas estratégias de conservação ecológica quanto nos projetos de desenvolvimento sustentável, assim como na resolução de conflitos ambientais. Atualmente os temas cruciais de sustentabilidade não são compreensíveis nem solucionáveis somente mediante os conhecimentos da ciência, mesmo contando com um corpo científico interdisciplinar, devido em parte ao caráter complexo dos assuntos ambientais e em parte porque as decisões sobre a sustentabilidade ecológica e a justiça ambiental colocam em jogo os diversos saberes e atores sociais. Os juízos de verdade implicam a intervenção de visões, interesses e valores que são irredutíveis ao julgamento "objetivo" das ciências.

18. A tomada de decisões em assuntos ambientais demanda a contribuição da ciência para obter informação mais precisa sobre fenômenos naturais. É o caso do

aquecimento global do planeta, em que as previsões científicas sobre a vulnerabilidade ecológica e os riscos sócio-ambientais, apesar de seu inevitável grau de incerteza, devem predominar sobre as decisões baseadas no interesse econômico e em crenças infundadas nas virtudes do mercado para resolver os problemas ambientais.

19. A ética da sustentabilidade remete à ética de um conhecimento orientada para uma nova visão da economia, da sociedade e do ser humano. Isso implica promover estratégias de conhecimento abertas à hibridação das ciências e a tecnologia moderna com os saberes populares e locais em uma política da interculturalidade e o diálogo de saberes. A ética implícita no saber ambiental recupera o "conhecimento valorativo" e coloca o conhecimento dentro da trama de relações de poder no saber. O conhecimento valorativo implica a recuperação do valor da vida e o reencontro de nós mesmos, como seres humanos sociais e naturais, em um mundo em que prevalece a cobiça, a ganância, a prepotência, a indiferença e a agressão, sobre os sentimentos de solidariedade, compaixão e compreensão.

20. A ética da sustentabilidade induz a uma mudança de concepção do conhecimento de uma realidade feita de objetos por um saber orientado para o mundo do ser. A compreensão da complexidade ambiental demanda romper o cerco da lógica e abrir o círculo da ciência que gerou uma visão unidimensional e fragmentada do mundo. Reconhecendo o valor e o potencial da ciência para alcançar estágios de maior bem-estar para a humanidade, a ética da sustentabilidade conduz a um processo de reapropriação social do conhecimento e a orientação dos esforços científicos para a solução dos problemas mais cruciais da humanidade e os princípios da sustentabilidade: uma economia ecológica, fontes renováveis de energia, saúde e qualidade de vida para todos, erradicação da pobreza e segurança alimentar. O círculo das ciências deve se abrir para um campo epistêmico que inclua e favoreça o florescimento de diferentes formas culturais de conhecimento. O saber ambiental é a abertura da ciência interdisciplinar e sistêmica para um diálogo de saberes.

21. A ética da sustentabilidade implica reverter o princípio de "pensar globalmente e agir localmente". Este preceito leva a uma colonização do conhecimento através de uma geopolítica do saber que legitima o pensamento e as estratégias formuladas nos centros de poder dos países "desenvolvidos" dentro da racionalidade do processo dominante de globalização econômica, para serem reproduzidos e implantados nos países "em desenvolvimento" ou "em transição", em cada localidade e em todos os aspectos da sensibilidade humana. Sem ignorar os aportes da ciência para migrar para a sustentabilidade, é necessário repensar a globalidade a partir da localização do saber, arraigado em um território e em uma cultura, a partir da riqueza de sua heterogeneidade, da diversidade e da singularidade; e a partir daí reconstruir o mundo por meio do diálogo intercultural de saberes e a hibridação dos conhecimentos científicos com os saberes locais.

22. A educação para a sustentabilidade deve ser entendida neste contexto como uma pedagogia baseada no diálogo de saberes, e orientada para a construção de uma racionalidade ambiental. Esta pedagogia incorpora uma visão holística do mundo e um pensamento da complexidade. Mas vai mais além ao fundar-se numa ética e numa ontologia da alteridade que do mundo fechado em inter-relações sistêmicas, do mundo objetivo, do mundo dado, abre-se para o infinito do mundo do possível e a criação "do que ainda não é". É a educação para a construção de um futuro sustentável, eqüitativo, justo e diverso. É uma educação para a participação, a autodeterminação e a transformação; uma educação que permita recuperar o valor da sensibilidade na complexidade; do local perante o global; do diverso perante o único; do singular perante o universal.

Ética da cidadania global, o espaço público e os movimentos sociais

23. A globalização econômica está levando à privatização dos espaços públicos. O destino das nações e das pessoas está cada vez mais conduzido por processos econômicos e políticos que são decididos fora de suas esferas de autonomia e responsabilidade. O movimento ambiental resultou em uma emergência por uma cidadania global que expressa os direitos de todos os povos e de todas as pessoas para participar de maneira individual e coletiva na tomada de decisões que afetam sua existência, emancipando-se do poder do Estado e do mercado como organizadores de seus modos de vida.

24. O sistema parlamentar das democracias modernas se encontra em crise porque a esfera pública, entendida como o espaço de inter-relação dialógica das aspirações, vontades e interesses, foi substituída pela negociação e o cálculo de interesse dos partidos que, convertidos em grupos de pressão, negociam suas respectivas oportunidades de ocupar o poder. Para resolver os paradoxos do *efeito maioria* é necessário uma política de tolerância e participação das dissidências e as diferenças. Assim mesmo deve fortalecer os valores democráticos para praticar uma democracia direta.

25. A democracia direta se funda em um princípio de participação coletiva nos processos de tomada de decisões sobre os assuntos de interesse comum. Frente ao projeto de democracia liberal que legitima o domínio da racionalidade do mercado, a democracia ambiental reconhece os direitos das comunidades autogestoras fundamentadas no respeito à soberania e à dignidade da pessoa humana, à responsabilidade ambiental e ao exercício de processos para a tomada de decisões a partir do ideal de uma organização baseada em vínculos pessoais, em relações de trabalho criativo, em grupos de afinidade, em comunidades e vizinhança.

26. O ambientalismo é um movimento social que, nascido nesta época de crise civilizatória marcada pela degradação ambiental, pelo individualismo, pela fragmentação do mundo e pela exclusão social, nos conclama a pensar sobre o futuro da vida, a questionar o modelo de desenvolvimento atual e mesmo o conceito de desenvolvimento, para enfrentar os limites da relação da humanidade com o planeta. A ética da sustentabilidade nos confronta com o vínculo da sociedade com a natureza, com a condição humana e com o sentido da vida.

27. A ética para a construção de uma sociedade sustentável conduz para um processo de emancipação que reconhece, como ensinava Paulo Freire, que ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho; os seres humanos só se libertam em comunhão. Desta maneira é possível superar a perspectiva "progressista" que pretende salvar o outro (o indígena, o marginalizado, o pobre) deixando de ser ele mesmo para integrá-lo como um ser ideal universal, ao mercado global ou ao Estado nacional; forçando-o a abandonar seu ser, suas tradições e seus estilos de vida para converter-se em um ser "moderno" e "desenvolvido".

Ética da governabilidade global e a democracia participativa

28. A ética para a sustentabilidade apela à responsabilidade moral dos sujeitos, dos grupos sociais e do Estado para garantir a continuidade da vida e para melhorar a qualidade de vida. Esta responsabilidade se fundamenta em princípios de solidariedade entre esferas políticas e sociais, de maneira que sejam os atores sociais que definem e legitimam a ordem social, as formas de vida, as práticas da sustentabilidade, através do estabelecimento de um novo pacto cidadão e de um debate democrático, baseado

no respeito mútuo, no pluralismo político e na diversidade cultural, com a primazia de uma opinião pública crítica atuando com autonomia perante os poderes do Estado.

29. A ética da sustentabilidade questiona as formas vigentes de dominação estabelecidas pelas diferenças de gênero, etnia, classe social e opção sexual, para estabelecer uma diversidade e pluralidade de direitos da cidadania e da comunidade. Isso implica reconhecer a impossibilidade de consolidar uma sociedade democrática dentro das grandes iniquidades econômicas e sociais no mundo e em um cenário político no qual os atores sociais entram no jogo democrático em condições de desigualdade e em que as majorias têm nulas ou possibilidades muito limitadas de participação.

30. A ética para a sustentabilidade demanda um novo pacto social. Este deve fundamentar-se em um marco de acordos básicos para a construção de sociedades sustentáveis que incluam novas relações sociais, modos de produção e padrões de consumo. Estes acordos devem incorporar a diversidade de estilos culturais de produção e de vida; reconhecer os dissensos, assumir os conflitos, identificar os ausentes do diálogo e incluir os excluídos do jogo democrático. Estes princípios éticos conduzem à construção de uma racionalidade alternativa que crie sociedades sustentáveis para os milhões de pobres e excluídos deste mundo globalizado, reduzindo a brecha entre crescimento e distribuição, entre participação e marginalização, entre o desejável e o possível.

31. Uma ética para a sustentabilidade deve inspirar novos marcos jurídico-institucionais que reflitam, respondam e se adaptem ao caráter tanto global e regional, como nacional e local das dinâmicas ecológicas, assim como a revitalização das culturas e seus conhecimentos associados. Esta nova institucionalidade deve contar com o mandato e os meios para fazer frente às iniquidades na distribuição econômica e ecológica, à concentração de poder das corporações transnacionais, à corrupção e ineficiência dos diferentes órgãos de governo e gestão; e avançar para formas de governabilidade mais democráticas e participativas da sociedade em seu conjunto.

Ética de os direitos, a justiça e a democracia

32. O direito não é a justiça. A racionalidade jurídica privilegia os processos legais por meio de normas substantivas, impossibilitando assim o estabelecimento de um vínculo social fundamentado em princípios éticos, assim como a aplicação de princípios essenciais para garantir o exercício dos direitos humanos fundamentais, ambientais e coletivos. Apoiados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos nós temos direito às mesmas oportunidades, a ter direitos comuns e diferenciados. O projeto para avançar para a nova aliança solidária com uma civilização da diversidade e uma cultura de baixa entropia pressupõe o primado de uma ética implicada em uma nova visão do mundo que nos prepare para uma transmutação dos valores que fundamentem um novo contrato social. Nas circunstâncias atuais de bancarrota moral, ecológica e política, esta mudança de valores é um imperativo de sobrevivência.

33. O conceito moral de modernidade tende a favorecer as ações regidas pela racionalidade instrumental e o interesse econômico, ao mesmo tempo em que dilui a sensibilidade que permite diferenciar um comportamento utilitarista de outro baseado em valores substantivos e intrínsecos. A complexidade crescente do mundo moderno erradicou uma visão universal do bem ou um princípio transcendental do justo que sirva de cimento para o vínculo social solidário. A ética da sustentabilidade deve ser uma ética aplicada que assegure a coexistência entre visões rivais em um mundo constituído por uma diversidade de culturas e matrizes de racionalidade, centradas em diferentes idéias do bem.

34. Se o que caracteriza as sociedades contemporâneas é o poder científico sobre a natureza e o poder político sobre os seres humanos, a ética para a sustentabilidade deve formular os princípios para prevenir que qualquer bem social sirva como meio de dominação. Existindo diferentes bens sociais, sua distribuição configura distintas esferas de justiça, cada uma das quais deve ser autônoma e dotada de regras próprias. Desta complexidade dos bens sociais nasce a noção de equidade complexa resultante da intersecção entre o projeto de combater a dominação e o programa de diferenciação de esferas da justiça.

35. Se a dominação é uma das formas essenciais do mal, aboli-la é o bem supremo. Isso significa desatar os nós do pensamento e as estratégias de poder no saber que nos submetem aos distintos dispositivos de prejudgamento ativados em ideologias e instituições sociais. A luta contra a dominação é um projeto moral cujo núcleo consiste em cultivar uma ética das virtudes que nos permita renunciar a valores morais, os sistemas de organização política e os artefatos tecnológicos que serviram como meios de dominação. É ao mesmo tempo um projeto cultural para avançar para a reinvenção ética e estética da mente, dos modelos econômico-sociais e das relações natureza-cultura que configuram o estilo de vida dominante nesta civilização. Trata-se de uma ética das virtudes pessoais e cívicas que garanta o respeito de uma base mínima de deveres positivos e negativos, que assegure as normas básicas de convivência para a sustentabilidade.

36. A ética para a sustentabilidade é uma ética dos direitos fundamentais previsíveis que promove a dignidade humana como o valor mais alto e condição fundamental para reconstruir as relações do ser humano com a natureza. É uma ética da solidariedade que rebaixa o individualismo para fundamentar-se no reconhecimento da alteridade e da diferença; uma ética democrática participativa que promove o pluralismo, que reconhece os direitos das minorias e as protege dos abusos que lhes podem causar os diferentes grupos de poder. O bem comum é assegurar a produção e a busca de justiça para todos, respeitando a individualidade de cada um.

Ética de os bens comuns e do Bem Comum

37. Os atuais processos de intervenção tecnológica, de revalorização econômica e de reapropriação social da natureza estão criando a necessidade de estabelecer os princípios de uma bioética junto com uma ética dos bens e serviços ambientais. Os bens comuns não são bens livres, ainda que tenham sido significados e transformados por valores comuns de diferentes culturas. Os bens públicos não são bens de livre acesso, pois devem ser aproveitados para o bem comum. Atualmente, os "bens comuns" estão sujeitos às formas de propriedade e normas de uso que confluem de maneira conflitante com os interesses do Estado, das empresas transnacionais e dos povos em redefinição do próprio e do alheio; do público e do privado; do patrimônio dos povos, do Estado e da humanidade. Os bens ambientais são uma intrincada rede de bens comuns e bens públicos com os que se confrontam os princípios da liberdade de mercado, a soberania dos Estados e a autonomia dos povos.

38. A ética do bem comum se propõe como uma ética para a resolução do conflito de interesses entre o comum e o universal, o público e o privado. A ética da ordem pública e os direitos coletivos se contrapõem à ética do direito privado como maior baluarte da civilização moderna, questionando o mercado e a privatização do conhecimento –a mercantilização da natureza e a privatização e os direitos de propriedade intelectual– como princípios para definir e legitimar as formas de posse, valorização e usufruto da natureza, e como o meio privilegiado para alcançar o bem comum. Frente aos direitos de propriedade privada e a idéia de um mercado neutro no

qual se expressam preferências individuais como fundamento para regular a oferta de bens públicos, surgem atualmente os direitos coletivos dos povos, os valores culturais da natureza e as formas coletivas de propriedade e de manejo dos bens comuns, definindo uma ética do bem comum e confrontando as estratégias de apropriação da biodiversidade por parte das corporações da indústria da biotecnologia.

39. A ética da sustentabilidade implica cambiar o princípio do egoísmo individual como gerador de bem comum por um altruísmo fundamentado em relações de reciprocidade e cooperação. Esta ética está se arraigando em movimentos sociais ascendentes, em grupos culturais crescentes, que hoje em dia começam a enlaçar-se em torno de redes cidadãs e de fóruns sociais mundiais na nova cultura de solidariedade.

Ética da diversidade cultural e de uma política da diferença

40. O discurso do “desenvolvimento sustentável” preconiza um futuro comum para a humanidade, mas não inclui adequadamente as visões diferenciadas dos diferentes grupos sociais envolvidos, e em particular, das populações indígenas que ao longo da história conviveram material e espiritualmente em harmonia com a natureza. A sustentabilidade deve estar baseada em um princípio de integridade dos valores humanos e das identidades culturais, com as condições de produtividade e regeneração da natureza, princípios que emanam da relação material e simbólica que têm as populações com seus territórios, com os recursos naturais e o ambiente. As cosmovisões dos povos ancestrais estão assentadas em sua fonte inspiradora de práticas culturais de uso sustentável da natureza.

41. A ética para a sustentabilidade acolhe esta diversidade de visões e saberes, e contesta todas as formas de dominação, discriminação e exclusão de suas identidades culturais. Uma ética da diversidade cultural implica uma pedagogia da alteridade para aprender a escutar outras racionalizações e outros sentimentos. Essa alteridade inclui a espiritualidade das populações indígenas, seus conhecimentos ancestrais e suas práticas tradicionais, como uma contribuição fundamental da diversidade cultural à sustentabilidade humana global.

42. Para os povos indígenas e afro-descendentes, assim como para muitas sociedades camponesas e organizações populares, a ética da sustentabilidade se traduz em uma ética do respeito a seus estilos de vida e a seus espaços territoriais, a seus hábitos e a seu hábitat, tanto no âmbito rural como no urbano. A ética se traduz em práticas sociais para a proteção da natureza, a garantia da vida e a sustentabilidade humana. Os conhecimentos ancestrais, por seu caráter coletivo, se definem através de suas próprias cosmovisões e racionalidades culturais e contribuem para o bem comum do povo a que pertencem. Por isso, seus saberes, sua natureza e sua cultura não devem ser submetidos ao uso e à propriedade privada.

43. Nas cosmovisões dos povos indígenas e afro-descendentes, assim como de muitas comunidades camponesas, a natureza e a sociedade estão integradas dentro de um *sistema biocultural*, cuja organização social, práticas produtivas, religião, espiritualidade e palavra integram um *ethos* que define seus estilos próprios de vida. A ética remete a um conceito de bem-estar que inclui a “grande família” e não unicamente pessoas. Este *viver bem* da comunidade se refere a lograr seu bem-estar baseado em seus valores culturais e identidades próprias. As dinâmicas demográficas, de mobilidade e ocupação territorial, assim como as práticas de uso e manejo da biodiversidade, se definem dentro de uma concepção da trilogia *território-cultura-biodiversidade* como um todo íntegro e indivisível. O território se define como o espaço para ser e a biodiversidade como um patrimônio cultural que permite ao ser permanecer; portanto a existência cultural é condição para a conservação e uso

sustentável da biodiversidade. Estas concepções do mundo estão gerando novas alternativas de vida para muitas comunidades rurais e urbanas.

44. O direito inalienável dos povos a seu ser cultural deve levar a uma nova ética dos direitos dos povos frente ao Estado. A ética para a sustentabilidade abre assim os meios para recuperar identidades, para voltar a perguntar-nos quem somos e quem queremos ser. É uma ética para enxergar e retornar às nossas raízes, uma ética para reconhecer-nos e regenerar laços de comunicação e solidariedade a partir de nossas diferenças e para não seguir atropelando o outro. Uma ética para reestabelecer a confiança entre os seres humanos e entre os povos subjugados, tornando realidade os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ética da paz e o diálogo para a resolução de conflitos

45. O pior mal da humanidade é a guerra que aniquila a vida e destrói a natureza, assim como a violência física e simbólica que desconhece a dignidade humana e o direito do outro. A ética para a sustentabilidade é a ética de uma cultura de paz e de não-violência; de uma sociedade que resolve seus conflitos através do diálogo. Esta cultura de diálogo e paz só pode se dar dentro de uma sociedade de pessoas livres em que se constroem acordos e consensos em processos nos quais também há lugar para os dissensos.

46. A capacidade argumentativa permitiu aos seres humanos usar o juízo racional e a retórica para manter e defender posições e interesses individuais e de grupo frente ao bem comum e das maiorias. Somente um juízo moral pode dirimir e superar as controvérsias entre juízos racionais igualmente legítimos. A função da inteligência não é só a de raciocinar logicamente, conhecer e criar produtivamente, mas também a de orientar sabiamente o comportamento e dar sentido à existência. Estas são funções éticas do bem viver. Neste sentido, a ética enaltece a razão. A dignidade, a identidade e a autonomia das pessoas aparecem como direitos fundamentais do ser para existir e ser respeitado.

47. Se toda ordem social –incluindo a democrática– supõe formas de exclusão, em cada cenário de negociação deve se incluir todos os grupos afetados e interessados. Esta transparência é fundamental nos processos de resolução de conflitos ambientais pela via do diálogo e da negociação, sobretudo se consideramos que as comunidades e indivíduos mais afetados pela crise ambiental em todas suas manifestações são justamente os mais pobres, os subalternos e os excluídos do esquema da democracia liberal.

48. Para que a ética se converta em um critério operativo que permita dirimir conflitos entre atores em diferentes escalas e poderes desiguais, será necessário um acordo de princípios de igualdade que seja assumido e praticado por todos os atores da sustentabilidade. Isso implica reconhecer a especificidade dos diferentes atores e setores sociais com seus impactos ecológicos, responsabilidades, interesses e demandas, e suas diferentes esferas de intervenção: local, nacional, internacional. Para tal é necessário superar as dicotomias entre países ricos e pobres, assim como as oposições convencionais entre Norte / Sul, Estado / sociedade civil, esfera pública / esfera privada, de maneira que se identifiquem os valores, interesses e responsabilidades dos atores concretos dentro das controvérsias postas em jogo por grupos sociais, corporações, empresas e Estados específicos. Este exercício é fundamental para que as políticas, as decisões e os compromissos adotados correspondam às responsabilidades diferenciadas e às condições específicas dos atores envolvidos.

Ética do ser e o tempo da sustentabilidade

49. A ética da sustentabilidade é uma ética do ser e do tempo. É o reconhecimento dos tempos diferenciados dos processos naturais, econômicos, políticos, sociais e culturais: do tempo da vida e dos ciclos ecológicos; do tempo que se incorpora ao ser das coisas e o tempo que encarna na vida dos seres humanos; do tempo que marca os ritmos da história natural e da história social; do tempo que forja processos, define identidades e desencadeia tendências; do encontro dos tempos culturais diferenciados de diversos atores sociais para gerar consultas, consensos e decisões dentro de seus próprios códigos de ética, de usos e costumes.

50. A vida de uma espécie, da humanidade e das culturas não se conclui em uma geração. A vida individual é transitória, mas a aventura do sistema vivo e das identidades coletivas transcende o tempo. O valor fundamental de todo ser vivo é a perpetuação da vida. O maior valor da cultura é sua abertura para a diversidade cultural. A construção da sustentabilidade está suspensa no tempo, em uma ética transgeracional. O futuro sustentável só será possível em um mundo no qual a natureza e a cultura continuem co-evoluindo.

51. A ética da sustentabilidade coloca a vida acima do interesse econômico-político ou prático-instrumental. A sustentabilidade só será possível se recuperarmos o desejo de vida que sustenta o sentido da existência humana. A ética da sustentabilidade é uma ética para a renovação permanente da vida, em que todos nascem, crescem, adoecem, morrem e renascem. A preservação do ciclo permanente da vida implica saber manejar o tempo para que a Terra se renove e a vida floresça em todas suas formas convivendo em harmonia com os modos de vida das pessoas e as culturas.

52. A ética da sustentabilidade se nutre do ser cultural dos povos, de suas formas de saber, da permanência de seus saberes em suas identidades e da circulação de saberes no tempo. Estes legados culturais são os que hoje abrem a história e permitem a emergência do novo através do diálogo intercultural e transgeracional de saberes, fertilizando os caminhos para um futuro sustentável.

Epílogo

53. A ética para a sustentabilidade é uma ética do bem comum. Este Manifesto foi produzido em comum para converter-se em um bem comum; neste sentido, busca inspirar princípios e valores, promover razões e sentimentos, e orientar procedimentos, ações e condutas, para a construção de sociedades sustentáveis.

54. Este Manifesto não é um texto definitivo e acabado. A ONU, os governos, as organizações cidadãos, os centros educativos e os meios de comunicação de todo o mundo deverão contribuir para difundir este Manifesto para propiciar um amplo diálogo e debate que conduzam a estabelecer e praticar uma ética para a sustentabilidade.